

SESSÕES DO PLENÁRIO

29ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de abril de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Pastor Tom comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar em Brasília, esteve ausente na Sessão do dia 26/3/2019.

Do Deputado Marcelo Veiga comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 8/4/2019.

Do Deputado Rogério Andrade Filho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 15/4/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Submeto, ao plenário, as seguintes atas: ordinária, 27.^a, realizada em 15 de abril de 2019; extraordinária, 4.^a, realizada em 15 de abril de 2019; e o 6.º Termo de Abertura, realizado em 17 de abril de 2019.

Em votação as atas e o termo de abertura que acabaram de ser lidos.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovados.

Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, caros deputados e deputadas, membros das Galerias, imprensa, colaboradores, espero que todos nós tenhamos tido uma grande Semana Santa na presença das nossas famílias.

Quero, inicialmente, me solidarizar com o povo de Monte Santo – está aqui o deputado Laerte do Vando – pelo incêndio, em plena época de procissão, da igreja matriz de Monte Santo, pois esse é um equipamento cultural da maior importância, um patrimônio certamente histórico e cultural, não só de Monte Santo como de toda a Bahia. É uma pena a gente vê incendiado. A gente espera que esforços sejam feitos no município com apoio até do governo do estado e da população para a recuperação daquele equipamento.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje é para comentar a respeito da matéria de duas ONGs, quais sejam, a Agência Pública e a Repórter Brasil, pois, através de pesquisas, essas agências colocaram 271 municípios baianos com água contaminada por um mínimo de 27 agrotóxicos e apontando, prioritariamente, Mucugê, São Félix do Coribe, Camaçari, Itapetinga. Também, há, em vários outros municípios, pelo menos, um agrotóxico poluente.

Apesar de não saber como os dados foram consolidados e se os mesmos atendem ou não à legislação brasileira, a gente está encaminhando uma indicação, tanto ao Inema, através da Secretaria do Meio Ambiente, quanto à Adab, para poderem ampliar, junto com a Embasa, no caso, estadual, ou, também, a fiscalização nos municípios, no caso de o sistema de água ser municipal. Uma fiscalização e verificação dos dados de análise dessa pesquisa e, certamente, encaminhamento para providências.

Nós não queremos, certamente, que munícipes – dentre os quais tem, aí, a nossa querida Cachoeira, Ubaitaba, tantos municípios, Wenceslau Guimarães, Mulungu – tenham e estejam consumindo águas poluídas, não é?

Mas a gente tem que verificar, também, a veracidade desses dados e se os mesmos atendem à legislação brasileira, pois os dados estabelecem percentuais mínimos comparados ao perfil da Europa.

E aproveitando em falar de água, quero, aqui, encaminhar uma moção de aplauso à estudante de Biotecnologia da UFBA, Anna Luisa Bezerra Santos. Essa menina iniciou o projeto de iniciação científica no ensino médio e completou na UFBA. Ela foi a ganhadora com o projeto, deputada Maria, um projeto que se chama Aqualuz, ganhadora de um dos melhores, através de uma *startup*, de um projeto que purifica a água matando germes orgânicos através de um sistema simples, acoplado a cisternas e feito a limpeza pelo próprio dono da cisterna com água e sabão, melhora a qualidade da água.

São dessas *startups* e de um ambiente favorável a *startups* na Bahia que há tecnologias inovadoras a serviço da população que a Bahia, certamente, precisa incentivar.

E a nossa defesa do marco legal, na Comissão de Ciência e Tecnologia, é que nós queremos facilitar esse ambiente.

Temos, também, por exemplo, o Projeto Aqualuz, deputado Marcelino, que mata germes de forma simplificada.

Mas, na UESC, há um projeto aprovado pelo Finep que utiliza um projeto um pouco maior, um sistema de eletrólise de membranas para purificar a água que, através de uma corrente elétrica, mata e retira contaminantes da água como flúor, como nitrato e poluentes.

Nós estamos num estado que está no Semiárido, a maioria do seu território, aliada à falta de condição de saneamento básico, à poluição ambiental. Nós podemos utilizar essas tecnologias.

Veja, esta é uma estudante que criou o Projeto Aqualuz, que tira germes da água; e o outro tira contaminantes, os próprios agrotóxicos, que estão desenvolvidos já na UESC. Todos esses projetos, eles precisam ser visibilizados para que a gente possa, na Bahia, com baixo investimento, dar as soluções para os grandes problemas que nos afetam.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, fica, aqui, a nossa preocupação com o achado dessa análise da água desses 271 municípios, a indicação para que a Sema e a Adabe possam promover, junto com a Embasa, a fiscalização e a veracidade disso.

Eis a nossa moção de aplauso para dois projetos: um ganhador do Projeto Aqualuz, em Boston, nos Estados Unidos, um projeto simples feito por uma estudante de biotecnologia; e o outro projeto, na UESC, que está lá sendo desenvolvido e que precisa, certamente, ser visibilizado nesta Casa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero, aqui, parabenizar a sua ida a Brasília. Temos certeza de que defendeu o nosso estado de forma muito bem, porque nos representa de forma significativa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço sensibilizado, deputada.

Esta é a nossa obrigação.

Eu acho que a Assembleia da Bahia, aliás, não só da Bahia como todas as assembleias do Nordeste, elas estão se posicionando a respeito de temas importantes. E a reforma da Previdência, sem sombra de dúvida, é um tema importante, pois vai mexer no dia a dia da vida de todos nós.

E, aqui, a gente tem um posicionamento. Acho que todos nós, nordestinos, temos o posicionamento de sermos contra quatro pontos básicos: a redução do BPC – Benefício de Prestação Continuada – que estão tentando diminuir para R\$ 400,00; mexer na aposentadoria do trabalhador, esse sofredor humilde que não pode pagar essa conta trilionária; além da capitalização; e da desconstitucionalização.

Então esses são pontos importantes, aliás, não só esses, como, também, rearrumar o Pacto Federativo que tanto pune estados e municípios. Também, há a defesa de órgãos fundamentais para a economia nordestina como o Banco do Nordeste, DNOCS, dentre outros instrumentos importantes para o crescimento e o desenvolvimento do nosso estado e da nossa região.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, gostaria de saudar V. Ex.^a, o presidente desta Casa, nobres deputadas, deputados, senhores da imprensa, nossos queridos servidores e servidoras.

Apesar de tudo que vem acontecendo neste país, tem dois grandes fatos que nós gostaríamos de registrar como, extremamente, positivos. Hoje, estivemos no município de Feira de Santana quando foi instalada uma rede de transmissão da TVE-Bahia. Isso vai possibilitar transmitir as imagens dessa TV pública que faz uma comunicação pública de excelência para quase 1 milhão de baianos que não tinham o direito de ver as imagens e a programação dessa televisão.

Então, com as imagens da melhor qualidade, ali, a 9.1, agora, vai poder ser vista por 13 municípios da região do Portal do Sertão, deputado Jacó. Logo, logo, o sinal vai chegar a Juazeiro. E a gente vai ver o bode e o semiárido na televisão. Então o povo vai poder se ver na televisão. Esta é uma conquista num ato simples, mas foi, ali, instalado aquele ponto de retransmissão com um pequeno investimento.

Aqui, parabenizo o governador Rui Costa por proporcionar a possibilidade de a gente dar musculatura à comunicação pública tão necessária neste país.

Neste momento, se tenta destruir inclusive as grandes redes públicas em nível nacional quando estão sendo, agora, destruídas, de forma voraz, pelo maior destruidor que já passou na história deste país, e que tenta implantar o seu protofascismo, o

fascismo rudimentar. Para isso, ele vai destruindo os grandes aparelhos da comunicação pública que existem em todo o mundo.

Também, aqui, eu gostaria de registrar e dar parabéns ao Esporte Clube Bahia, não só por ter ganhado o título mais uma vez nesta terra, mas, sobretudo, pela campanha de afirmação que está sendo feita pelo Bahia. A última ação foi de uma beleza sem tamanho, que foi justamente colocando os povos indígenas, que foram tão desrespeitados aqui nesta Casa por alguns deputados oligárquicos que desrespeitaram de forma grosseira essa população, se comportando como inimigos dos povos indígenas. Eu quero que agora eles vão para a televisão para poder desfazer aquela bela campanha que diz que sem regra não há jogo. É isso mesmo, isso é no futebol e na vida! E o juiz não pode pegar a bola para fazer gol, para depois receber o bicho como vitorioso. É o que aconteceu neste país, o juiz que conduzia o jogo se apropriou da bola para tomar conta do jogo, e aí foi condecorado, foi agraciado e hoje faz parte do governo.

Então, o Esporte Clube Bahia dá um exemplo de civilidade, de cidadania e de construção de igualdade. O futebol é muito importante, porque o futebol dialoga com as massas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O país é apaixonado por futebol e vê justamente aquilo. Não pode haver jogo sem regra e demarcação já, principalmente na semana em que a gente celebra, homenageia os povos originários que eram donos e são os verdadeiros donos dessa terra.

Então, parabéns ao Bahia, parabéns à *TVE*, parabéns ao diretor da *TVE* e parabéns ao governador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre deputado Jacó pelo tempo de até 5 minutos, deputado, da nossa querida Irecê.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Presidente Nelson Leal, prazer enorme, agradeço a sua deferência, nobres colegas deputados e deputadas, pessoal da imprensa, colegas da Casa, pessoal da tribuna, espero que todos tenham tido uma boa Semana Santa, com muita reflexão.

E cá estamos nós, aqui, mais uma vez, e eu gostaria de mandar um recado hoje para o nosso povo de Porto Seguro: eu apresentei três indicações ao nosso governador Rui Costa referentes ao município de Porto Seguro. Apresentei indicação para reforma do Colégio Estadual Cristina Batista, que é um colégio importante naquela cidade que tem mais de 40 anos de existência, são mais de mil alunos. E eu fiz essa indicação para que o colégio possa ser reformado, reestruturado. E aproveito aqui para cumprimentar a direção, em nome do diretor, professor Washington, da vice-diretora, professora Soninha e do secretário Jean.

Apresentei também ao nosso governador, indiquei também a necessidade da implementação de um Centro Territorial de Educação Profissional no município de Porto Seguro, no bairro Frei Calixto, a fim de contemplar jovens e adultos do município, sobretudo os que moram nos bairros que formam o chamado Complexo Baianão. São mais de 60 mil pessoas, habitantes que moram nesse complexo, e se faz mais do que necessária a construção de unidade escolar do ensino médio e profissional no local. Inclusive o território da Costa do Descobrimento não tem um Cetep – Centro Territorial de Ensino Profissionalizante e esse é um pleito importante, que se faz necessário para aquele território e para aquela cidade.

Ainda sobre Porto Seguro, indiquei ao nosso governador a necessidade de construção de um novo aeroporto que esteja à altura de uma cidade como Porto Seguro, que recebe milhares de turistas de todo o mundo, durante todo o ano. Só para o povo da Bahia ter noção do que é Porto Seguro, Porto Seguro tem mais leitos de hotel do que Salvador. Porto Seguro é uma potência de turismo, é uma potência que precisa ser apoiada, e eu não tenho dúvida de que o nosso governador entende a importância do aeroporto para aquela cidade e para aquela região e, com certeza, esse aeroporto vai sair do papel.

Quero aqui também cumprimentar os companheiros Preto, do MST, que é o presidente municipal do Partido dos Trabalhadores; o companheiro Everaldo, que é membro da direção do PT municipal; cacique Fred, em nome dos indígenas e de tantos outros companheiros e companheiras que contribuem com o nosso mandato em Porto Seguro.

Sobre Santa Cruz de Cabrália, eu também fiz uma indicação. Apresentei ao nosso governador “Correria” a indicação para reforma do Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa. É uma escola que atende centenas de estudantes do município e encontra-se atualmente com sua estrutura precarizada, necessitando uma ampla reforma e a construção de uma quadra de esportes. Eu visitei pessoalmente essa escola, e realmente ela precisa de um investimento para melhorar a qualidade da construção e, com certeza, criar um ambiente melhor para os alunos.

Todas essas indicações de reformas ou construção de novas escolas visam contribuir com a prioridade adotada pelo nosso governador neste segundo mandato, que é a educação básica de qualidade.

Gostaria aqui também de publicamente parabenizar o secretário Jerônimo Rodrigues. Parabenizá-lo pela conquista, dizer que a sua tarefa é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso estado, dizer que estamos aqui na Assembleia ao seu lado, Jerônimo, torcendo, ajudando e eu não tenho dúvida de que você é um profissional preparado, um homem público experiente, com diálogo e que, com certeza, vai superar esse desafio e quem vai ganhar com isso, Jerônimo, é a população da Bahia, são os estudantes do nosso estado e, com certeza, nossa educação vai avançar e muito.

Para finalizar, eu queria colaborar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) me associar à deputada Fabíola e queria que se colocasse como lido e botasse nos Anais desta Casa um editorial do jornal *A Tarde*, do dia de ontem, *Muita Luz Para o Brasil*, que é o exemplo da jovem baiana Ana Luiza Santos, de 21 anos, ela ganhou um prêmio em um concurso de tecnologia por desenvolver um projeto de acesso à água potável. Ela desenvolveu um filtro solar que se coloca...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) deputada Fátima Nunes, nas nossas cisternas do semiárido. Ela desenvolveu um filtrozinho barato, solar, que a gente acopla na cisterna e ele faz o papel de filtrar a água. Então é tecnologia social. Isso demonstra o quanto é importante o investimento em tecnologia, em inovação e essa jovem está de parabéns por representar o nosso país nos Estados Unidos e trazer de lá para cá esse prêmio.

Então, fica aqui o nosso apoio, e que esta Casa coloque nos Anais, como lida, essa matéria aqui... o editorial do *A Tarde*.

Era isso. Agradeço pela oportunidade e Lula Livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre amigo lá de nossa querida Feira de Santana, Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Amém.

Inicialmente, eu quero dar boa tarde a todos, cumprimentar o presidente, os deputados, deputada, imprensa e público aqui presente.

Neste dia de hoje, eu venho usar esta tribuna para trazer aqui uma denúncia do Detran da Bahia, específico de Feira de Santana, onde eu entrei com duas ações populares contra aquele órgão que tem roubado o povo da Bahia.

(Lê) “Hoje quero tratar de um assunto que muito tem me preocupado: o desastroso Detran da Bahia.

Como todos sabem, em 2018, ingressei com uma ação popular contra o Detran, solicitando ao poder judiciário a suspensão do contrato firmado entre o órgão estadual e a empresa LPG Soluções.

Esse contrato tem como objeto a prestação de serviço de recepção, conferência, digitalização, indexação, microfilmagem, guarda e gestão de documentos em meio digital para os processos relativos aos serviços de veículos e habilitação, através do sistema Renavan e Renach.

A partir desse contrato vem sendo exigida a cobrança de uma taxa de R\$ 13,00 dos despachantes credenciados para compra de um selo de autenticação. Tal cobrança, senhor presidente, é indevida e está sendo repassada para os cidadãos usuários dos serviços do Detran.”

Agora, preste bem atenção esta Casa. Lá, em Feira de Santana, se esse usuário procurar a 3ª Ciretran, ele não paga essa taxa de digitalização, mas se ele procura o despachante, aí o despachante é obrigado a tirar do usuário uma taxa de R\$13,00. E a gente pesquisou que essa empresa já tem um contrato firmado com o governo do estado e ela já recebe esse dinheiro para a digitalização. E, com isso, nós temos aqui

um ofício, uma documentação em que o Ministério Público pede diligência contra esse roubo que está acontecendo no Detran da Bahia, especialmente na Ciretran de Feira de Santana. Procurei o diretor na época... Entendemos que não é atribuição da 3ª Ciretran de Feira de Santana. A 3ª Ciretran de Feira de Santana recebe ordem daqui de Salvador e aí nós não vamos ficar calados.

E amanhã trago outro assunto sobre a cobrança, também indevida, de outra ação que eu entrei na justiça contra o Detran da Bahia. Aí eu fico assim analisando, analisando, onde existe o contrato firmado já com a empresa, deputado Laerte, e esta empresa ela recebe do governo do estado para digitalizar, deputado Jacó, a sua documentação. E lá em Feira existe um selo, existe uma casinha, eu vou até usar um termo chulo aqui, me perdoem, um “cacete armado” lá, que a pessoa só pode dar entrada em um documento, em Feira de Santana, se pagar R\$13,00 por esse selo. E eu acho que isso é crime hediondo, isso é coisa de Polícia Federal. Eu acho que a Polícia Federal pode entrar a qualquer hora nesse Detran da Bahia.

Eu tenho conhecimento profundo, porque trabalhei lá como despachante e sei o que acontece e o que está acontecendo com o povo da Bahia, especialmente no Detran da Bahia.

Está aqui uma ação... duas ações que eu entrei, inclusive vou cobrar mais. É o povo que está sofrendo. Como é que uma empresa já recebe para digitalizar os documentos e o povo de Feira de Santana é obrigado a ir através do despachante, pagar R\$13,00 para pegar o selo lá, senão os documentos não são recebidos dentro da Ciretran de Feira de Santana.

Então eu acho isso um absurdo. Tem algo escuro aí e nós queremos a revelação desse algo escuro. Nós queremos a revelação... nós queremos a clareza. E se o governo paga, não tem que cobrar dos despachantes R\$13,00. Porque se o usuário for pessoalmente ao Detran, ele não paga um centavo...

(O Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por que o despachante tem que pagar? Eu entendo que o pau que dá em Chico tem que dar em Francisco.

E eu não estou vendo isso, estou vendo um caixa. Alguém está juntando dinheiro, agora não sei para que é! A taxa de R\$13,00. E não vou me calar diante dessa situação. Está aqui o processo, está aqui o parecer do Ministério Público, uma ação popular, que eu entrei. Está aqui o promotor pedindo diligência e o Detran não respondeu ainda. Então eu vou encaminhar, já pedi uma audiência ao juiz de Feira de Santana...

(O Presidente Faz soar as campainhas.)

(...) para ver como é que está esse processo.

Quero concluir minhas palavras dizendo que não vou me calar com as mazelas do governo do estado.

Quero dizer que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos Reis, o Senhor do Senhor o Leão da Tribo de Judá.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente Adolfo Menezes, deputados, deputadas que estão aqui. Tudo bem? Como está a senhora, deputada? Sempre acompanhando deputada Ivana nas suas andanças pelo Brasil e pelo mundo.

Bem gente, amanhã eu acho que teremos aqui a votação que está acertada de dois projetos. Um projeto que o deputado... me parece que o Tiago Correia pediu vista, está trazendo, já entregou inclusive. E o outro projeto me parece que é do consórcio. Acho que governador do estado quer legitimar a entrega, o encaminhamento de policiais da Bahia para qualquer outro estado aqui do Nordeste.

Eu acho temerário isso, porque seria nós acreditarmos que a segurança no estado da Bahia está ótima, inclusive está sobrando...

A partir do momento em que você consegue encaminhar cem policiais... E esses policiais quando estão fazendo um serviço em outro estado, eles têm direito ao Planserv? Eles têm direito à saúde, ao atendimento à saúde? Será que eles vão estar cobertos quando estiverem desempenhando a sua função em outro estado?

Então esse é o questionamento que... pela vontade das pessoas a gente tudo pode, mas juridicamente, na lei, será que esses policiais estarão cobertos?

Isso é um questionamento que farei, amanhã, na votação desses projetos, se houver quórum.

Mas o que me traz hoje aqui, deputado Jacó, sei que é um combativo amigo, era para ver se V. Ex.^a, ou os deputados aqui... Marcelino, deputado Marcelino que já disse que eu sou amigo urso, abraço de urso... é porque eu sou forte.

Na verdade, eu gostaria de saber o seguinte: foi anunciado, há uns 15 dias, a compra... O secretário da Saúde anuncia aqui: Secretário anuncia a compra do Hotel Riverside para virar hospital de cuidados prolongados.

O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, anunciou, em entrevista ao jornal Tribuna da Bahia que o governo comprou o Hotel Riverside, que fica na Estrada do Coco, tal e tal. (Lê): “Será para ‘pessoas’ que podem ser recuperadas, que precisam internação mais prolongada. A gente comprou. O Governador (Rui Costa) autorizou e fizemos o depósito de pagamento”.

Eu não achei absolutamente nada em lugar nenhum. No painel da transparência, não vi, não vi quanto é o depósito, não vi quanto é o hotel, não sabemos o tamanho do hotel, não existe... Pode ter sido, realmente, a minha incapacidade de localizar, mas pedimos a nossa assessoria, inclusive da oposição, e não vimos rastro absolutamente nenhum dessa compra. E se é positivo ou negativo, eu não posso nem aqui, não vou ser leviano, porque eu não vou poder nem colocar o que eu acho porque eu não conheço. Apenas diz que comprou. De quem era esse hotel? Por que esse hotel? Por que essa distância? Foi compatibilizado para levar esses pacientes para lá? Em que lugar na Estrada do Coco? Nada disso. Qual foi o valor e qual é o tamanho desse hotel? Qual é o tamanho do investimento que será

feito para que se transforme um hotel em hospital? Então isso fica muito obscuro. Eu acho que a ânsia da Secretaria da Saúde do Governo do Estado em tentar criar fatos positivos que às vezes se transformam em factoides, dá nisso. Eu acho que acaba botando os pés pelas mãos, e a gente não consegue...

Então eu peço ao deputado Marcelino Galo, à deputada Maria del Carmen, à deputada Fátima, ao deputado Jacó, que possam esclarecer a mim e esclarecer à Bahia. A transparência não existe no governo. A partir do momento que compra, quanto foi? Faltou dizer quantos milhões de reais foram pagos, quanto vai ser investido, ou seja, não traz absolutamente nada e não está em lugar nenhum. E se fez um depósito, o depósito não está aparecendo em, absolutamente, lugar nenhum. Então, é... como deputado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e realmente muito interessado na saúde, eu gostaria dessas respostas. Como eu não achei em lugar nenhum, mais uma vez eu encaminharei para a Secretaria da Saúde pedindo esse tipo de informação, pela Lei da Transparência, acesso a essas informações, para que eu possa, pelo menos, colocar minha opinião, porque hoje diz que comprou um hotel, não diz absolutamente mais nada e não se acha registrado em absolutamente lugar nenhum.

Então eu gostaria de pedir aos colegas do governo do estado que possam trazer essas informações, para que a gente possa aqui esclarecer para a população do estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa que cumprem um importante papel.

Sr. Presidente, retorno a esta tribuna para abordar o decreto 19.004 do Governo do Estado que foi publicado há duas semanas, que trata da reestruturação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia, Adab. Decreto esse inconstitucional que extingue e cria cargos e não poderia ser feito através de decreto. E trago de novo esse assunto, porque a colega Fabíola Mansur, hoje, no início dos trabalhos, abordou o assunto publicado em jornal desta capital que traz a notícia que 271 cidades da Bahia têm água contaminada por agrotóxico, e traz aqui a lista.

É importante lembrar, Sr. Presidente, que o governo do estado proibiu, ele retirou a Agência de Defesa Agropecuária das ações do FPI que acontecem em nosso estado, e o governo proibiu que a Adab participasse. E eu vou dizer aqui o que é o FPI- Fiscalização Preventiva Integrada e é uma ação fiscalizatória de cunho institucional, desenvolvida em conjunto com diversos órgãos, entre eles o Ministério Público e outros, para executar uma fiscalização específica em segmentos de mercado, em atividades econômicas ou em alguma outra área de interesse da

sociedade. E o objetivo é trabalhar para que o cidadão tenha mais qualidade de vida para a sua cidadania, os seus direitos e que eles sejam respeitados.

Por que preventiva? E por que é importante o papel da Adab? Porque o objetivo principal é prevenir os responsáveis pelo segmento, pela atividade antes que ocorram os sinistros. Sinistros esses trazidos hoje pela deputada Fabíola Mansur. E por que integrada? Porque envolve diversas entidades.

E aqui há os espaços sujeitos à FPI. A FPI pode ser desenvolvida em espaços públicos, como estádios esportivos, teatro, cinemas, hospitais, indústrias, mercados, hotéis, *shopping centers*, parque de exposição igreja, entre outros. Os órgãos de fiscalização estarão atentos às agressões ao meio ambiente, parques e jardins, edificações e monumentos tombados, escolas, edifícios residenciais e comerciais, indústria de alimentos e bebidas, comércio de agrotóxicos, entre outros.

Sr. Presidente, o governo do estado brinca com a população da Bahia. Ele já acabou com a EBDA, agora quer acabar com a Adab. A Adab está totalmente sucateada. Há mais de 3 anos não acontece a progressão, garantida por lei, aos funcionários daquela casa. Agora, ele quer mudar, via decreto, toda a estrutura do órgão, criando cargos, acabando com cargos. Cargos, inclusive, ocupados, a Constituição proíbe...

E nós temos aqui um assunto hoje dizendo que 271 cidades da Bahia têm água contaminada por agrotóxico, justamente não fiscalizadas pelo órgão que deveria fiscalizar, está sendo sucateado pelo governo. E, ainda por cima, órgão esse impedido de participar das ações de fiscalização, porque o governo do estado entendeu que o órgão não deveria participar da Fiscalização Preventiva Integrada. Retirou a Adab. E o que nós temos são técnicos da Adab sendo assassinados.

Em 10 de agosto de 2017, um funcionário da Adab foi assassinado no posto de Paulo Afonso, justamente um posto de fronteira, que tem um papel importante de impedir que animais, frutas e alimentos passem por esse posto sem ser fiscalizados. Enfim, a Polícia Militar recebeu, deputado Alan, imagine, um comunicado para não participar das ações de fiscalização da Adab. Adab essa que é estadual.

É inacreditável como o governo do estado trata essa agência. Agência importante para a saúde de toda a população. Então, ele não trata só a agência, ele trata a saúde do estado de maneira totalmente catastrófica, ineficiente. E nós não vamos aceitar que esse decreto prospere. Nós vamos entrar com uma Adin, o Partido PSDB já está formulando essa Adin, esta semana ainda nós vamos dar entrada e nós vamos cobrar de perto...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma ação enérgica que devolva à Adab o papel que ela deve ter frente ao nosso estado, frente à agricultura, que é a mola propulsora da economia deste estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, eu venho a esta tribuna... Primeiro quero saudar a todos, depois de um grande feriado da Semana Santa. Estamos aqui nos reencontrando e com uma atividade, com a agenda novamente reposicionada no sentido de fazer desta Casa esse espaço onde as principais demandas da população baiana vêm repercutir.

O que me traz a essa tribuna, presidente, são dois assuntos: o primeiro é que quero aqui declarar a minha estranheza com a fala do candidato Paulo Carneiro, que pretende ser o próximo presidente do Vitória – está concorrendo entre outros candidatos – e que fez uma fala extremamente deselegante, uma fala mal-educada, uma fala misógina, uma fala que nós, mulheres, não podemos aceitar, em relação ao futebol feminino no Vitória.

O que nós queremos é que o Vitória cumpra, de fato, a lei, acolha o futebol feminino, trate as jogadoras com respeito e a valorização que elas merecem. O futebol feminino é uma referência para o povo brasileiro. A maior jogadora, a maior revelação do futebol no Brasil é uma mulher, que é a jogadora Marta, que é a Bola de Ouro, que é um orgulho de todo o povo brasileiro.

Então o candidato Paulo Carneiro não pode chegar se colocando dessa forma, de uma maneira agressiva, uma maneira grosseira, se referindo ao futebol feminino como se o Vitória estivesse fazendo um favor. O Vitória não está fazendo favor! Eu sou torcedora, inclusive, do Vitória. E o que eu espero de qualquer presidente, qualquer dirigente do time do Vitória é o respeito, não só ao time do Vitória masculino, mas, também, ao time de futebol feminino.

Dizer que as mulheres não vão ter mais espaço, é um negócio assim... Que vai tratar, que vai... Que arranje um lugar onde elas vão fazer o treinamento, porque no Barradão não vai ter mais espaço para mulheres, para o futebol feminino... Eu quero dizer que lugar de mulher é onde ela quiser. E o time feminino tem todo o direito, sim, de compartilhar com o time masculino o ambiente no Barradão ou qualquer outro ambiente.

E, repito, não é favor do Vitória nem da diretoria do Vitória. É um dever, uma obrigação, porque hoje está na legislação: todo time de futebol oficial tem que investir, sim, no futebol feminino.

Então, o Sr. Paulo Carneiro – que é ainda um candidato, ele não é presidente do Vitória –, ele precisa se colocar de fato no lugar dele, que deveria ser o lugar de quem preserva a lei, de quem preserva a legislação e de quem respeita sobretudo as mulheres.

Então, eu fecho aqui a minha fala, porque fiquei muito indignada, fui procurada por diversas jogadoras que já estão apreensivas. Já está um clima de terror, de medo de que esse cara ganhe a eleição e que vá tratar o futebol feminino dessa maneira tão truculenta, tão irresponsável e desrespeitosa! Fica aqui, portanto, o nosso protesto.

Quero também usar da palavra, presidente, para fazer aqui mais um gesto de solidariedade em relação ao povo de Monte Santo. Fiquei muito preocupada por uma infelicidade que, em plena Sexta-Feira Santa, na virada para o Sábado de Aleluia, a gente tenha assistido a essa situação, muito dolorosa para a população, que foi o incêndio que atingiu a igreja matriz...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da cidade de Monte Santo. O incêndio consumiu a estrutura daquela igreja. E nós fazemos um apelo à solidariedade, para que as pessoas, de fato, se irmanem, colaborem, contribuam para garantir a recuperação imediata daquela estrutura, que é tão importante para a história da cidade, para a população que tem a sua fé e que precisa, portanto, agora da colaboração, do...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) apoio de todos e todas no sentido da reconstrução da igreja matriz da cidade, que é a principal referência religiosa da cidade de Monte Santo.

É isso, presidente, obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

(O deputado Jânio Natal assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Jânio Natal): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Veja qual é a situação, deputado Alan, como nós estamos longe, o nosso país, deputado Tiago. Com 24 horas em que o monumento francês, a Catedral de Notre-Dame, pegou fogo, já tinha 4 bilhões em doação. O nosso Museu Nacional pegou fogo, salvo engano há 7 meses, um milhão em doação. E desse um milhão, R\$ 800 mil foram doados por um organismo alemão. Então vejam que as empresas, os bilionários e os ricos brasileiros não doaram nem R\$ 200 mil, para a importância que tem o Museu Nacional.

Então, é a cultura! É um país que está, deputado Tiago Correia, cada dia mais longe dos países desenvolvidos, infelizmente. E o que é que ocorre? Muita gente às vezes até quer doar. O Brasil já não tem o costume de fazer essas doações como outros países, de doar para as universidades, como ocorre muito nesses países de Primeiro Mundo, principalmente os Estados Unidos, onde os alunos das principais universidades, que, depois de ganhar fortunas na vida empresarial, deixam quase toda a sua riqueza de bilhões para essas instituições de ensino, que são seculares.

Infelizmente o Brasil não tem esse costume e vai demorar muito, eu acredito, para chegar perto. Então está aí o retrato: em 24 horas, Notre-Dame recolheu 4 bilhões; o Museu Nacional, R\$ 200 mil. É vergonhoso. E aí é tudo!

A gente falava há pouco aqui com o presidente Nelson Leal e com o próprio deputado Jânio Natal: uma passagem para Brasília, deputada Maria del Carmen, R\$ 3,5 mil. Você imagine! Aí o deputado Jacó aqui falava de Porto Seguro. Porto Seguro que tem mais lei que Salvador. Mas quem vai fazer na sua terra, deputado Jânio,

quem vai fazer turismo em Porto Seguro? Quer dizer, claro, uma parte vai, mas poderia ir muito mais com aquelas belezas naturais que só a Bahia tem, deputado Alan. Imagine. Uma passagem para Petrolina, eu vi ontem, R\$ 2 mil para ir. R\$ 2.800,00, me corrige aqui o deputado Galo. Como V. Ex.^a falava, tinha três empresas que faziam voos para Porto Seguro. Nós estamos falando de Porto Seguro, um dos destinos mais importantes do Brasil, acho que o terceiro. De três empresas, hoje só tem a Azul. A Gol já saiu, a TAM já saiu.

Então, nós estamos andando para trás. E o Congresso Nacional, que começou a votar – não sei nem como é que anda, deputada Maria del Carmen – a abertura para a concorrência internacional, para ver se a ANAC... Porque acho que a ANAC é o escritório das empresas do Brasil, porque não é possível. Não é possível que uma passagem dentro do território nacional custe um preço astronômico desse. Então, mesmo você tendo condições às vezes de pagar, é uma ousadia. Mesmo a gente tendo verba para a passagem, é uma estupidez tão grande. Eu mesmo era para ter ido a Brasília semana passada, deputada Fátima, não fui porque é vergonhoso você dar R\$ 3,5 mil numa passagem. Você compra uma passagem para a Ásia, você compra uma passagem por muito menos para a Europa. Então é uma vergonha nacional. Mais uma vergonha nacional do nosso país, que poderíamos estar melhorando.

Como é que a gente quer atrair turismo para o Brasil?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Além da violência, soldados fuzilando uma família, que, por milagre, não morreu todo mundo. Anteontem, salvo engano, um rapaz no quintal com uma arma de brinquedo também foi fuzilado. Sem falar em assalto que a gente ouve. Hoje de manhã mesmo, eu estava vendo jornais aí nas nossas televisões, “nego” barbarizando, tomando relógio, tomando celular.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E quando toma só o bem material, menos mal. O problema é quando se atira como está atirando, como se não fosse um ser humano. Então é a triste realidade do nosso país que a gente torce, mas infelizmente parece que nós não vamos estar vivos... Não sei nem se nossos bisnetos ou tataranetos estarão aqui para ver esse país melhorar. É a triste vergonha, é a triste realidade aqui do nosso país. O resto é só blá, blá, blá. É só demagogia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jânio Natal): Convido o deputado Adolfo Menezes para assumir a presidência desta Mesa.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Alan.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Calma, Marcelino.

Na verdade, é só fazer um registro. V. Ex.^a é sempre muito tolerante comigo, muito benevolente enquanto está assumindo os trabalhos desta Casa, mas só para a gente deixar registrado aqui, o Pequeno Expediente termina às 15h30min, são 15h33min. Só para deixar registrado que V. Ex.^a trouxe aqui um conteúdo, um assunto extremamente importante, relevante. Mas só queria deixar registrado isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado suíço, Alan Sanches.

GRANDE EPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Jânio Natal.

O Sr. JÂNIO NATAL: Nobre presidente Adolfo Menezes, nobres colegas deputados e deputadas, eu venho a esta tribuna hoje para dizer que hoje é, companheiro Alan, o aniversário do nosso grande Brasil. São 519 anos do nosso país, este belo país, onde... Deputado Hilton, um país maravilhoso, de grandes culturas, de grandes belezas naturais. E hoje sequer vemos ou ouvimos qualquer celebração em homenagem ao nascimento do nosso país.

Então, quero, aqui, deputado Laerte, dizer para V. Ex.^a que estamos felizes com mais um dia de aniversário do nosso país, ao tempo em que ficamos tristes com o acontecido na sua querida cidade de Monte Santo, onde houve um incêndio que destruiu parte da cultura e da nossa história da Bahia e do Brasil.

Mas, nobres deputados e deputadas, eu vim aqui, nesta tarde, também para dizer que estou impressionado, Marcelino Galo, com as abordagens em Porto Seguro, Eunápolis e região da Polícia Militar da Bahia, junto com a Guarda Municipal de Porto Seguro, aos transportes que se dizem clandestinos. Nobres deputados, apenas eu quero alertar a esses que estão fazendo as abordagens aos veículos de Porto Seguro como se essas pessoas fossem marginais que ali não tem nenhum marginal. Pelo contrário. Existem ali, sim, trabalhadores que estão tentando ganhar o sustento da sua família. Infelizmente, o que estamos vendo no dia a dia parece urubu na carniça: a Polícia Militar contra essas pessoas que usam o transporte coletivo.

Ora, se existe usuário do transporte clandestino é porque em Porto Seguro não existe transporte coletivo decente, ônibus decentes. O que nós vemos são ônibus quebrados diuturnamente naquela linda e querida cidade de Porto Seguro.

É lamentável, meu deputado Samuel Junior, nós estamos vendo diariamente essa truculência, esse absurdo em que trabalhadores – e, às vezes, muitos deles não usam o seu veículo como transporte coletivo – estão sendo abordados de forma discriminatória. Então, venho aqui registrar esse grande absurdo que está acontecendo em Porto Seguro e em toda a Região Sul da Bahia.

Nobre deputado Adolfo Menezes, por falar em transporte, V. Ex.^a abordou o assunto aqui, muito apropriadas as suas palavras, como também o nosso presidente, Nelson Leal, já abordou, e sempre comenta. É um absurdo, é triste nós estarmos

pagando passagens absurdas dentro do Brasil, sendo mais caro do que você ir para a Europa. Há pouco o nosso presidente estava falando aqui que pagou R\$ 3.500,00 para ir a Brasília. No entanto, um colega nosso pagou R\$ 2.700,00 para ir para a Itália.

Agora, o que nós vemos é as empresas aéreas mandando na ANAC. A ANAC nada mais é do que o quintal das empresas aéreas.

Eu, quando deputado federal, fiz uma convocação na Comissão de Transportes à qual as grandes empresas aéreas estiveram presentes. Colegas deputados, foi impressionante a chacota que eles fizeram, e fazem, com os parlamentares do Congresso. Sabem por quê? Porque a ANAC não está a serviço do povo brasileiro, a ANAC está, sim, a serviço das empresas aéreas.

Eu quero solidarizar-me com o nobre colega deputado Adolfo e com Nelson sobre essa questão.

Antes de mim, no Pequeno Expediente, estive aqui o nosso querido deputado, amigo, um grande guerreiro, deputado Jacó, que fez algumas indicações para o governador do Estado. Dentre elas citou a reforma do Colégio Cristina Batista, um colégio onde vários porto-segurenses estudaram e hoje estão formados, servindo à nossa Bahia e ao nosso Brasil.

Apenas eu queria falar para o deputado Jacó que a questão do Aeroporto de Porto Seguro, pela qual já vínhamos lutando há muito tempo, reclamando, inclusive, da situação em que se encontra aquele equipamento, completamente obsoleto, demasiadamente pequeno para as demandas exigidas naquele município de Porto Seguro.

Inclusive, deputado-presidente Adolfo, uma passagem para Porto Seguro está a R\$ 1.600,00, R\$ 1.800,00. Só quem pode pagar é Samuel, nosso companheiro que teve 2.300 votos naquela linda cidade, onde tem 48 mil leitos. São 48 mil leitos no município de Porto Seguro, enquanto Salvador tem apenas 32 mil.

Porto Seguro, Alan, é, hoje, o terceiro maior polo turístico do Brasil e precisa, realmente, ter um aeroporto decente, à altura do turismo da nossa região.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputada Fátima?

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Sr. Presidente, no momento ainda não vou fazer a questão de ordem, mas quero declarar que fará uso da palavra, no tempo da Maioria, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Marcelino, primeiro temos o Horário das Representações Partidárias. O deputado Jânio não usou o tempo todo. Está inscrito o deputado Hilton, que deve fazer uso do tempo do PSOL.

Com a palavra o deputado Hilton, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Srs. Deputados e Deputadas, pessoas que nos acompanham aqui e pela *TV Alba*, fazemos uso desta tribuna para tratar de um tema que, a partir de agora... nós, do PSOL, sempre ocupamos esta plenária desde que o

risco iminente se colocou já à época do início do nosso mandato. Mas nós temos um motivo muito importante para comemorar: a posição do movimento social, que tirou um indicativo de greve geral para o dia 15 de maio. Uma greve geral que visa barrar a reforma, ou melhor, a destruição da nossa seguridade social.

Para nós é muito importante o 15 de maio como uma data simbólica. E antes dela, inclusive, na próxima quarta-feira, dia 24, haverá a paralisação nacional da educação, tratando do mesmo tema.

Mas hoje, muito rapidamente, nesse 1 minuto que nos resta, nós queremos dizer que o PSOL vai ocupar esta tribuna a cada dia antes do dia 15 para discutir globalmente o significado dessa destruição da seguridade social no Brasil. Vamos fazer isso porque existem muitos pontos que o nosso povo ainda não entende. O povo já está, de alguma forma, prevenido para o fato dessa suposta reforma significar uma perda total de direitos. O povo está sentindo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) que o nosso país vai cair numa verdadeira barbárie. Mas o entendimento sobre o conteúdo dessa reforma ainda não está evidente na cabeça do nosso povo. Para isso, nós vamos utilizar, aqui, a tribuna para tratar de temas como o Benefício de Prestação Continuada, o significado da reforma para os que estão no Regime Geral de Previdência, a defesa do SUS.

E faremos isso não apenas desta tribuna. O PSOL definiu que vamos começar a fazer gabinetes de rua e que também trabalharemos neste Parlamento uma agenda institucional em defesa da nossa Previdência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, estou vendo que o senhor está preocupado com o tempo, mas fiz questão de ocupar esta tribuna para falar um pouco sobre o que disse o deputado Tiago Correia.

Deputado, é muito bom ver nesta Casa a preocupação com os agrotóxicos. Este Parlamento nunca debateu esse tema – ou debate muito pouco –, e acredito que o deputado tem razão quando fala das FPIs.

Temos de nos comprometer com isso, deputado. Com certeza, tenho a responsabilidade de interceder junto ao governo do estado, porque nem a Adab nem o Inema podem ficar fora das FPIs, tendo em vista que é uma ação fundamental, coordenada de forma muito competente pelo Ministério Público da Bahia.

É bom lembrar que podemos fazer um trabalho juntos, com V. Ex.^a também se comprometendo a interceder junto ao ministro do Meio Ambiente – que foi secretário do Meio Ambiente em São Paulo, quando foi condenado por improbidade administrativa porque reduziu de forma ilegal uma unidade de conservação, para favorecer os mineradores.

E devo dizer a V. Ex.^a que a gente tem de interceder junto a esse ministro, já que foram liberados, em 104 dias deste governo federal, mais de 130 e poucos agrotóxicos com princípios ativos dos mais tóxicos. Isso ocorre porque este país é o lixo do mundo. Esses agrotóxicos, a maioria, já foram proibidos em seus países de origem – proibidos na União Europeia, proibidos nos Estados Unidos e proibidos, alguns, até na China –, que têm sistemas regulatórios totalmente diferentes um do outro. Ninguém pode dizer que um produto proibido na União Europeia ou nos Estados Unidos não tem alguma coisa errada. No entanto estão sendo liberados neste país.

E hoje eu já ouvi aqui dois pronunciamentos de deputados falando que tem agrotóxico na torneira. Tem mesmo! Tem nos rios, tem nos nossos oceanos, tem na chuva – tem chuva de agrotóxico –, tem no leite materno. Mas é preciso que a gente trabalhe junto.

Muito bom ver esse pronunciamento de V. Ex.^a. Sei que vários deputados aqui têm o mesmo ponto de vista, mas se esse ministro do Meio Ambiente continuar, se esse governo continuar, nós vamos acabar com o povo pobre deste país. E também com a classe média, segmento que acha que só o trabalhador da roça, que está lá com a bomba, com o trator, vai ser atingido. Ora, o agrotóxico, quando é jogado na planta, ele percola, vai para o lençol freático, vai para o aquífero, vai para os rios. Na verdade, nem percola quando vai para os rios, já vai direto. E é o que está acontecendo de fato, de verdade.

Todo mundo se assustou! Tem alguém dizendo aí que é mentira. Não é mentira, não; é verdade, é verdade. E um trabalho ambiental muito importante é feito pelo Ministério Público, onde nós temos duas promotoras de Justiça, Dr.^a Luciana Cury e Dr.^a Cristina Seixas, extremamente competentes, que fazem um trabalho de verdade. Ministério Público que fiscaliza a legislação e protege a sociedade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não é o Ministério Público do *powerpoint*, não.

Então V. Ex.^a assume o compromisso, compromete a sua turma e, junto com o presidente do Senado, com o presidente do Congresso Nacional, barra a PEC do veneno, que vem para matar o povo brasileiro, já que tira o Ibama...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e a Anvisa do processo de credenciamento de novos agrotóxicos neste país.

V. Ex.^a é presidente da importante Comissão de Defesa do Consumidor; podemos marchar firmes e juntos. É um compromisso nosso incidir sobre o governo para que não proíba a participação necessária do Inema, da Adab e de qualquer órgão útil nesse processo, como a própria Polícia Ambiental, porque é muito perigoso fazer isso.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente. Estamos à disposição do deputado Tiago Correia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou dar a questão de ordem ao deputado Tiago Correia. Em seguida, o deputado Laerte falará por 5 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, eu gostaria de me colocar à disposição do deputado e de toda a bancada que esteja envolvida, principalmente, na problemática dos agrotóxicos. E quero dizer que, sim, o governo federal vai na contramão do que preconiza os bons costumes da saúde humana – seguindo os passos do governo do estado da Bahia –, retirando importantes órgãos de controle de tarefas tão importantes, como a fiscalização dos agrotóxicos em nosso estado e em nosso país.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Laerte.

O Sr. LAERTE DO VANDO: Sr. Presidente, nobres deputados, nobres deputadas, assistentes, membros da imprensa, venho hoje a esta tribuna muito triste, literalmente com o coração na mão, posso dizer isso.

Acredito que é do saber de todos o ocorrido no Sábado de Aleluia na minha cidade: o incêndio que praticamente destruiu a nossa igreja matriz, destruindo parte da nossa história. Venho relatar aqui o que eu presenciei naquele momento, naquela madrugada do último sábado, quando a população correu até a nossa casa para nos pedir apoio nessa questão. Nós, imediatamente, mobilizamos toda equipe da prefeitura, juntamente com o prefeito Vando. Toda população foi envolvida.

Foi de cortar o coração, nobres colegas, quando você via as pessoas chegarem, muitas vezes, até com balde na mão para tentar apagar o fogo, porque, lá, não tem a companhia de Corpo de Bombeiros próxima. A mais próxima, na realidade, fica a 200 quilômetros de distância.

Foi a própria população que se empenhou para apagar o fogo. Graças a Deus, que não houve vítimas. Naquele momento, teve um grupo de teatro que estava se apresentando na madrugada do sábado e, ao presenciar a fumaça saindo pela igreja, os mesmos se direcionaram até o templo, para poder tentar salvar o que puderam. Graças a Deus, conseguiram salvar aproximadamente 90% do patrimônio da igreja.

O fogo pode até ter destruído a nossa igreja, mas não destruiu a nossa fé. E, se Deus quiser, nós vamos reerguer a nossa igreja, vamos ter ela de volta.

Quero também contar com o apoio dos nobres deputados. Já fiz a minha doação. Quem puder fazer a doação, não importa o valor, o que importa é que contribuam, para que possamos ter a nossa igreja de volta. Se Deus quiser vamos ter.

Quero, aqui, agradecer o empenho da Polícia Militar, que também nos ajudou bastante, agradecer a toda população indistintamente. Até os evangélicos estavam lá junto com a gente tentando apagar o fogo. E, graças a Deus, impedindo que a igreja fosse destruída em sua totalidade.

Sr. Presidente, muito obrigado por ter me franqueado a palavra neste momento tão difícil para o povo de minha terra, como também para toda região.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não havendo número suficiente de deputados presente, declaro encerrada a sessão.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Fátima. Já estou me antecipando à senhora.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Eu solicitei essa questão de ordem para dizer duas coisas importantes também.

Primeiro, a minha solidariedade ao povo de Monte Santo, e me coloco junto com os demais amigos de Monte Santo, companheiros de fé e de luta para ajudar a recuperar aquele patrimônio histórico e cultural da nossa religiosidade popular.

A segunda coisa que eu queria registrar é que mesmo hoje sendo o Dia do Descobrimento do Brasil, e muitos outros países ocuparam esta terra, eu acredito que ele não foi descoberto, porque ele já existia. Porque quem chegou aqui não veio com tão boas intenções, até porque, uma das suas primeiras ações foi de cometer o genocídio aos nossos indígenas. Portanto, o dia de hoje também é um dia de pesar, um dia de solidariedade, um dia de luta.

Quando vejo, no registro, que neste dia de hoje 13 milhões e 500 mil de trabalhadores e trabalhadoras que estão desempregados, posso dizer, Sr. Deputado Marcelino Galo, que a injustiça ainda continua muito forte.

E nós, como bons brasileiros e brasileiras, não nos renderemos, continuaremos firmes e na luta.

Portanto, amanhã, teremos uma sessão muito longa, para debatermos todos esses temas que estão na Ordem do Dia.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está encerrada a sessão por falta de número suficiente de deputados.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.